

# A MÚSICA COMO CONTEÚDO OBRIGATÓRIO: UM ESTUDO SOBRE A REPERCUSSÃO DA LEI 11.769 NO ESTADO DE SANTA CATARINA

*Helena Villas Garcia Vasconcelos*  
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC  
[helenavgv@gmail.com](mailto:helenavgv@gmail.com)

*Regina Finck Schambeck*  
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC  
[regina.finck@udesc.br](mailto:regina.finck@udesc.br)

**Resumo:** Este artigo é parte de uma pesquisa de âmbito nacional que tem como objetivo compreender as ações e estratégias adotadas pelas escolas municipais e estaduais de Minas Gerais e Santa Catarina na implementação da Lei 11.769/2008. Neste texto apresentamos os dados de um estudo exploratório feito com base nas publicações das revistas e anais da Abem (Associação Brasileira de Educação Musical). Para o mecanismo de busca utilizamos os títulos e palavras chaves dos artigos publicados nos encontros da região Sul, entre os anos de 2008 a 2013. Identificados os artigos, os textos foram agrupados e analisados. Vários foram os enfoques utilizados nos trabalhos encontrados para a compreensão e verificação da implementação da lei, destacam-se os relativos a diversas ações para implementação da Lei, a preparação do professor unidocente para trabalhar os conteúdos musicais, a formação do professor licenciado em música, assim como também a conquista e ampliação de espaços para atuação do professor de música. Percebemos pelos trabalhos encontrados que muitos estados brasileiros ainda não foram contemplados com pesquisas investigativas sobre a situação da música na escola e há apenas um trabalho com foco voltado para o estado de Santa Catarina, estado onde será realizada a pesquisa.

**Palavras-chave:** Lei 11.769/2008. Música na Escola. Políticas Educacionais.

## INTRODUÇÃO

O texto apresenta um recorte de uma pesquisa de âmbito nacional que visa compreender as ações (políticas) e estratégias (político-pedagógicas) adotadas pelos sistemas educacionais em escolas públicas de Minas Gerais e Santa Catarina na implementação da Lei 11.769/2008. A primeira etapa desta pesquisa constitui-se em um estudo exploratório com

base nas publicações das revistas e anais da Abem sobre a Lei 11.769/2008, com o intuito de compreender de que maneira os pesquisadores tem abordado a implementação da lei.

Neste artigo de revisão de literatura (ARL), aqui considerado como uma avaliação dos materiais que já foram publicados, considerando-se o progresso das pesquisas na temática abordada, procura-se informar aos leitores “o estado em que se encontram determinada área de investigação de forma a organizar, integrar e avaliar estudos relevantes sobre determinado tema” (HOHENDORFF, 2014, p.41).

Destacamos que o mecanismo de busca utilizado para este ARL teve como foco os títulos e palavras-chave dos artigos publicados entre os anos de 2008 a 2013. Além dos anais dos congressos nacionais foram consultados os anais dos encontros da região Sul<sup>1</sup>. Identificados os artigos, os textos foram agrupados e analisados.

## 1 POLITICAS EDUCACIONAIS

A Lei 11.769/2008 trata da música como conteúdo obrigatório na educação brasileira, constitui-se como um dos documentos mais recentes em vigência que abordam o ensino de música na Educação Básica. Porém, até a publicação desta Lei, houve um grande percurso nas políticas educacionais sobre o ensino da arte, em suas diferentes linguagens. Como afirma Penna, “a presença da arte no currículo escolar tem sido marcada por indefinição, ambigüidade e multiplicidade” (PENNA, 2012, p. 122).

Ao afirmar que há “indefinição, ambigüidade e multiplicidade” para a área de conhecimento no campo da Arte é preciso contextualizar o início da trajetória da inserção da música na escola básica, e como os sistemas educacionais se adaptaram a elas por força de Lei. Penna (2012, p.123-124), afirma que foi na década de 70, através da Lei 5.692/71, que a educação artística foi incluída nos currículos de 1º e 2º graus. A autora ainda destaca que neste momento, a Lei não deixava claro, quais linguagens artísticas estavam incluídas dentro da educação artística, porém havia um espaço garantido para essas práticas dentro da escola. Queiroz (2012, p.32) destaca outro fator subjacente ao período de vigência da Lei 5.692/71,

---

<sup>1</sup> Nesta fase do levantamento serão considerados apenas os Anais dos Encontros da Abem SUL, por não termos acesso, pelo site da instituição, aos documentos produzidos nas outras regiões do Brasil. Pretende-se, em etapa futura, coletar as informações referentes a todos os Congressos promovidos pela Abem em nível regional durante o período (2008-2013).

ou seja a “difusão da polivalência no ensino das artes, enfraquecendo, demasiadamente, a presença da música como componente curricular escolar”.

Para Penna, a polivalência das linguagens artísticas ocorreu por não haver diretrizes sobre as especificidades dos conteúdos de cada linguagem e, portanto, havia a necessidade de uma nova legislação para recuperar os conhecimentos específicos de cada linguagem artística.

o que acarreta, inclusive, o repúdio à denominação “educação artística” em prol de “ensino da arte” – ou melhor, ensino de música, de artes plásticas etc. Isto se reflete na nova LDB – Lei 9394, homologada em 1996, após um longo processo de elaboração -, que também dispensa aquela expressão.” (PENNA, 2012, p.128).

Com a Lei 9.394/96 - LDB troca-se a denominação de educação artística para ensino de arte, porém a definição dos conteúdos de cada linguagem específica ainda não fica claro, como descrito no Artigo 26 parágrafo 2º “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.” (BRASIL, 1996).

Com o intuito da implementação da LDB, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental e médio, documentos elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), que, embora não tenham formalmente um caráter obrigatório, configuram uma “orientação oficial para a prática pedagógica” (PENNA, 2012, p.130). Conforme a autora, os conteúdos específicos de cada linguagem artística são contemplados, porém a questão do ensino da música e das outras artes, ainda não estava clara, continuando a acontecer às práticas polivalentes.

É neste cenário, que um grupo de músicos, juntamente com educadores musicais começa a campanha “quero educação musical na escola”, (PEREIRA, 2010), buscando junto ao poder legislativo a alteração do texto da Lei 9.394/96 para garantir, efetivamente, a música como componente curricular.

## **2 PESQUISAS QUE TRATAM DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.769/2008**

Neste tópico, serão relatadas as pesquisas das revistas e dos anais de congressos nacionais da Abem, e os encontros regionais da região sul, já que esta pesquisa está relacionada a um estado que faz parte desta região. Entende-se que este período pode tornar

claro como os sistemas educacionais estão se organizando para cumprir a implantação de Lei 11.769/2008.

O critério de busca foi baseado no número da Lei, objeto principal desta pesquisa, utilizando-se para isso o título e/ou palavras-chave dos artigos publicados entre os anos de 2008 a 2013.

## 2.1 Encontros Regionais Sul da Abem

Nos encontros regionais da Abem Sul dos anos de 2009, 2011 e 2012, foram encontrados 2 trabalhos que fazem menção da Lei 11.769/2008, sendo que no ano de 2011 não encontramos nenhum trabalho relacionado ao tema.

**Tabela 1:** Encontros Regionais Sul da Abem

<b>Encontro/ano</b>	<b>Nome do autor</b>	<b>Título do trabalho</b>
XIV Encontro Regional Sul – 2009	Laila Azize Souto Ahmad Cláudia Ribeiro Bellochio	Educação musical em escolas municipais de Santa Maria/RS: alguns rumos e desafios a partir da lei n <sup>o</sup> 11.769/2008.
XV Encontro Regional Sul -2012	Anélita Dayana N. Danna Regia Finck Schambeck	Fórum de Educação Musical: repercussões na implantação da música na Educação Básica em Santa Catarina.

Fonte: Elaborada pelas autoras

O trabalho apresentado por Ahmad e Bellochio (2009), estava na fase inicial, com a proposta de analisar as ações desenvolvidas para a implantação da Lei 11.769/ 2008 nas escolas municipais da Educação Básica de Santa Maria/ RS. Já o trabalho apresentado por Danna e Schambeck (2012), traz o relato das ações já ocorridas em prol da discussão da implantação da Lei 11.769/2008 nas escolas de Santa Catarina através do Fórum Catarinense de Educação Musical, que ocorreu em diversas cidades do Estado entre os anos de 2008 a 2010, para que a implantação da música nas escolas pudesse ser cumprida dentro do prazo determinado pela Lei. O artigo apresenta ainda um levantamento dos editais de contratação de professores de Artes/música, lançados por municípios catarinenses no período de (2008-

2012), fazendo uma análise da titulação exigida para os concursos, o número de vagas disponíveis e o indicativo do campo de atuação deste profissional.

## 2.2 Congressos Nacionais da Abem

Nos Anais dos Congressos Nacionais da Abem, a partir do ano de 2008, totalizam 5 edições com 1.158 artigos entre comunicações e pôsteres, sendo que de todos estes, apenas 13 trazem a Lei no título ou como palavras-chave.

**Tabela 2** - Congressos da ABEM

Encontro/ano	Nome do autor	Título do trabalho
XVIII Congresso 2009	Jean Joubert Freitas Mendes Valéria Carvalho da Silva	Projetos articulados para a implementação da Lei 11.769/08 e desenvolvimento do ensino e aprendizagem de música em Natal-RN.
XVIII Congresso 2009	Laila Azize Souto Ahmad Cláudia Ribeiro Bellochio	A Lei 11.769/2008 e a educação musical em escolas municipais de Santa Maria/RS.
XIX Congresso 2010	Gabriela Da Ros de Araújo Luciane Wilke Freitas Garbosa	Estratégias para a implementação da Lei 11.769/08: proposta de trabalho conjunto entre unidocentes e professores de música.
XIX Congresso 2010	Laila Azize Souto Ahmad Cláudia Ribeiro Bellochio	Lei 11.769/2008 e escolas municipais de ensino fundamental: um estudo na cidade de Santa Maria/RS.
XX Congresso 2011	Arildomar Pinheiro	A Lei 11.769/2008 no Contexto da Atual Política Nacional de Educação.
XX Congresso 2011	Alessandra Nunes de Castro Silva Maria Helena Jayme Borges	A educação musical no ensino regular e a implementação da lei Nº 11.769/08: um estudo de caso em três escolas de Goiânia.
XX Congresso 2011	Natália Dantas de Oliveira Duarte Cristiane Maria Galdino de Almeida	Quem somos nós? O perfil dos licenciandos em Música da UFPE após a aprovação da Lei 11.769/2008.
XXI Congresso 2013	Daniele Isabel Ertel	A educação musical nas

	Cristina Wolffenbüttel	Rolim	escolas do Rio Grande do Sul: Uma Investigação em Escolas Públicas de Educação Básica.
XXI Congresso 2013	Carla Adriana Machado		A Lei 11.769/08: Desafios para professores de artes da região das missões do Rio Grande Do Sul.
XXI Congresso 2013	Josué Tales Flach Cristina Wolffenbüttel	Rolim	A Obrigatoriedade do Ensino de Música nas Escolas: uma investigação sobre os desdobramentos da Lei nº 11.769/2008 em Secretarias Municipais de Educação do Rio Grande do Sul.
XXI Congresso 2013	Renata Filipak		Os rumos da implementação da Lei nº 11.769/08 no Estado do Paraná: um estudo de levantamento de dados no município de Palmeira.
XXI Congresso 2013	Laila Azize Souto Ahmad Cláudia Ribeiro Bellochio		Processos de implementação da Lei 11.769/2008: um estudo nas Redes Municipais e Estaduais de Ensino na cidade de Santa Maria/RS.

---

Fonte: Elaborada pelas autoras

Nos artigos dos Anais dos Congressos Nacionais da Abem foram encontrados relatos da pesquisa de Mendes e Silva (2009) sobre a situação do ensino de música e a criação de recursos didáticos para a cidade de Natal – RN. A pesquisa foi realizada no âmbito do GRUMUS - Grupo de Estudos e Pesquisa em Música da Escola de Música Universidade Federal do Rio Grande do Norte (MENDES; SILVA, 2009).

Na cidade de Santa Maria- RS, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de verificar a implementação da Lei nas escolas, assim também como analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP). A pesquisa visava, também, conhecer os trabalhos de educação musical que já estavam sendo realizados e identificar quem eram os profissionais que atuavam nesta área dentro da escola. (AHMAMED; BELLOCHIO, 2010). Da mesma forma, Silva e Borges (2011) realizaram pesquisa na cidade de Goiânia, mostrando que a música nas escolas municipais desta cidade, está inserida em algumas escolas de regime de tempo integral e

oferecida na forma de oficina. Já nas escolas estaduais, foi criada uma matriz curricular para a área de música e existe um órgão próprio para administrar as quatro linguagens artísticas (SILVA; BORGES, 2011).

No estado do Rio Grande do Sul, Flach e Wolffenbuttel (2013) realizaram uma pesquisa para levantar as ações que estavam sendo tomadas para a implementação da Lei junto as Secretarias Municipais de Educação do Rio Grande do Sul. Sobre as ações para a implantação da Lei no âmbito municipal, este estudo também está sendo feito no município de Palmeira no Estado do Paraná. (FILIPAK, 2013). Já Ertel e Wolffenbuttel (2013), mostram os resultados de uma pesquisa feita nas escolas públicas estaduais de Educação Básica do Rio Grande do Sul. A pesquisa buscou analisar a situação da música nas escolas, buscando subsídios para a elaboração de políticas públicas com vistas a implementação da Lei naquele estado.

A formação continuada como forma de qualificar os professores unidocentes, também foi um tema encontrado entre os artigos publicados nos Anais da Abem. Segundo Araújo e Garbosa (2010) as pesquisas se justificam, pois muitos professores não tiveram formação musical, e esta seria uma forma de contribuir para a efetivação da Lei. Relatam os autores que a ação de professores unidocentes seria uma medida emergencial para que a música fosse inserida aos conteúdos escolares, pois seu prazo para a adaptação encerava-se em agosto de 2011. No contexto da política nacional de educação, Pinheiro (2011), faz uma análise da Lei, referindo-se aos decretos e aos projetos de Lei que se remetem as finalidades da educação e da educação musical no ensino básico.

A atuação profissional dos egressos do curso de graduação em Música: Licenciatura, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, foi analisada, por Wolffenbuttel; Dessotti e Scheffer (2011), buscando-se subsídios para a reformulação do currículo deste curso, bem como uma análise e uma avaliação sobre a formação dos licenciados em Música com base na aprovação da Lei. Nesta mesma linha de pesquisa, sobre os professores e futuros professores, Duarte e Almeida (2011) traçam o perfil dos alunos da Universidade Federal de Pernambuco e analisam as mudanças ocorridas no perfil dos alunos depois da aprovação da Lei 11.769/2008. Os resultados mostram que depois da aprovação da Lei, houve um aumento significativo no número de alunos interessados pela profissão de professor de música.

Machado (2013), em outra perspectiva, iniciou uma pesquisa de mestrado, buscando entender o impacto causado pela Lei na Educação Básica, na visão dos professores de Arte que já atuam nas escolas da Região das Missões e da 14ª Coordenadora Regional de Educação (CRE) no estado do Rio Grande do Sul, verificando quais professores já trabalham com o conteúdo de música, e como a música será implementada efetivamente. (MACHADO, 2013).

### 2.3 Revistas da Abem

Nas revistas da Abem, a partir de março de 2008, até final de 2013, totalizam 13 edições, com 147 artigos. Deste total de artigos apenas 5 são referentes a discussões envolvendo a Lei 11.769.

**Tabela 3 - Revistas da ABEM**

Encontro/ano	Nome do autor	Título do trabalho
Nº19 – 2008	Maura Penna	Caminhos para a conquista de espaços para a música na escola: uma discussão em aberto.
Nº 20 – 2008	Sílvia Sobreira	Reflexões sobre a obrigatoriedade da música nas escolas públicas.
Nº 23 – 2010	Jusamara Souza et.al.	Audiência pública sobre políticas de implementação da Lei Federal 11.769/08 na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.
Nº 29 – 2012	Luis Ricardo Silva Queiroz	Música na escola: aspectos históricos da legislação nacional e perspectivas atuais a partir da Lei 11.769/2008.
Nº 30 – 2013	Luciana Pires de Sá Requião	Educação musical em escolas da Costa Verde, Sul Fluminense: problematizando possibilidades de implementação da Lei 11.769/2008.

Fonte: Elaborada pelas autoras

A pouca produção de materiais relacionadas a Lei 11.769 foi levantada no artigo de Sobreira (2008). Nele a autora menciona que a Abem participou de todo processo de debates e discussões para a implementação desta Lei, porém os registros em artigos publicados nas suas



revistas não foram feitos, “deixando empobrecido o registro histórico de um momento de tamanha importância para a educação musical em nosso país” (SOBREIRA, 2008. p.46).

Os processos de conquistas de espaço da educação musical nas escolas de educação básica foram pesquisados por Penna (2008). No artigo a autora aponta para os resultados da pesquisa que traz em evidência o ensino de arte no estado da Paraíba, onde compara a situação educacional da área de arte na capital, João Pessoa e a cidade de Campina Grande, mostrando que não é apenas a Lei que vai modificar o ensino de música, mais são ações em conjunto com as possibilidades locais, que podem modificar este cenário.

Sobre a implementação da Lei 11.769/08, temos um artigo que relata as discussões resultantes de uma audiência pública realizada no estado do Rio Grande do Sul. Nesta audiência o poder legislativo estava representado por deputados, vereadores da cidade de Porto Alegre e também representantes da secretaria da educação em nível estadual e municipal, além de representantes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e um representante da Abem. Neste evento foram discutidas as políticas para implementação da Lei 11.769/08, que conforme Souza (2010) teve um resultado positivo, ficando acordada a criação de um grupo técnico para a continuação dos trabalhos ali iniciados.

Em seu artigo, Queiroz (2012) faz um levantamento através de uma pesquisa bibliográfica e documental de toda a parte histórica do ensino de música no Brasil, que abrangeu desde o império (1854) até a LDB de 96, suas alterações, chegando-se a Lei 11.769/08. Através deste levantamento, o autor faz uma interpretação da Lei 11.769/08, concluindo que apesar de haver nos textos das leis menção sobre a inserção da música, desde a época imperial, apenas a sua imposição com caráter obrigatório, não é suficiente para ser realmente a implementação da educação musical na escola como componente curricular. Este argumento vai de encontro com o que Penna (2008) já apontava no seu artigo, mesmo antes da implementação oficial da Lei 11.769/08.

Já no artigo de Requião (2013) temos um relato de uma ação de formação continuada em quatro municípios da Costa Verde, sul Fluminense, no intuito de implementar a Lei 11.769/08. Foram oferecidos cursos de formação para os professores da rede municipal e nestes cursos percebeu-se que até aquele momento esses professores ainda usavam a música como um elemento auxiliar em suas disciplinas. A autora ainda apresenta uma relação das

discussões que se tinha até algum tempo atrás sobre a educação artística, com as discussões atuais sobre a Lei 11.769/08 e sobre a formação do professor.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando este pequeno levantamento, vemos que muitos são os enfoques utilizados para a compreensão e a verificação da implantação da Lei 11.769/ 2008. Destacam-se os relativos a diversas ações para implementação da Lei, a preparação do professor unidocente para trabalhar os conteúdos musicais, a formação do professor licenciado em música, assim como também a conquista e ampliação de espaços para atuação do professor de música.

Contudo, percebemos pelos trabalhos apresentados que muitos estados brasileiros ainda não foram contemplados com pesquisas investigativas sobre a situação da música na escola. Além disso, podemos pensar também num outro enfoque de pesquisas, no sentido de investigar como a educação musical está sendo feita e quais são os profissionais que atuam com este conteúdo dentro da escola.

Esta pesquisa, portanto, ao propor a compreensão do processo de implementação da Lei 11.769/2008, assim como analisar as práticas musicais e metodológicas usadas pelos professores, visa contribuir para aprofundar as discussões sobre como acontece e qual o papel da educação musical dentro da escola.

## REFERÊNCIAS

AHMAD, Laila Azize Souto; BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. Educação musical em escolas municipais de Santa Maria/RS: alguns rumos e desafios a partir da lei n ° 11.769/2008. **XIV Encontro Regional Sul da ABEM**. Maringá –PR, 2009. CD-ROM.

AHMAD, Laila Azize Souto e BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. A Lei 11.769/2008 e a educação musical em escolas municipais de Santa Maria/RS. **Anais da ABEM**, Londrina – PR, p.1428 a 1433, 2009. Acesso em 20/05/2014, disponível em: [http://www.abemeducacaomusical.com.br/congressos\\_realizados\\_ver.asp?id=26](http://www.abemeducacaomusical.com.br/congressos_realizados_ver.asp?id=26)

AHMAD, Laila Azize Souto e BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. A Lei 11.769/2008 e escolas municipais de ensino fundamental: um estudo na cidade de Santa Maria/RS. **Anais da ABEM**, Goiânia- GO, p.1158 a 1167, 2010. Acesso em 20/05/2014, disponível em: [http://www.abemeducacaomusical.com.br/congressos\\_realizados\\_ver.asp?id=7](http://www.abemeducacaomusical.com.br/congressos_realizados_ver.asp?id=7)

AHMAD, Laila Azize Souto e BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. Processos de implementação da Lei 11.769/2008: um estudo nas Redes Municipais e Estaduais de Ensino na cidade de Santa Maria/RS. **Anais da ABEM**, Pirenópolis – GO, p.2067 a 2077, 2013. Acesso em 20/05/2014, disponível em: [http://www.abemeducacaomusical.com.br/congressos\\_realizados\\_ver.asp?id=3](http://www.abemeducacaomusical.com.br/congressos_realizados_ver.asp?id=3)

ARAÚJO, Gabriela Da Ros de e GARBOSA, Luciane Wilke Freitas. Estratégias para a implementação da Lei 11.769/08: proposta de trabalho conjunto entre unidocentes e professores de música. **Anais da ABEM**, Goiânia- GO, p.981 a 992, 2010. Acesso em 20/05/2014, disponível em [http://www.abemeducacaomusical.com.br/congressos\\_realizados\\_ver.asp?id=7](http://www.abemeducacaomusical.com.br/congressos_realizados_ver.asp?id=7)

BRASIL. Lei 9.394 de 20/12/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

DANNA, Anélita Dayana Nunez; SCHAMBECK, Regina Finck. Fórum de Educação Musical: repercussões na implantação da música na educação básica em Santa Catarina. **XV Encontro Regional Sul da ABEM**. Montenegro – RS, 2012

DUARTE, Natália Dantas de Oliveira e ALMEIDA, Cristiane Maria Galdino. Quem somos nós? O perfil dos licenciandos em Música da UFPE após a aprovação da Lei 11.769/2008. **Anais da ABEM**, Vitória- ES, p.2159 a 2172, 2011. Acesso em 20/05/2014, disponível em: [http://www.4shared.com/office/BedpbvK/ANAIS\\_ABEM\\_2011.html](http://www.4shared.com/office/BedpbvK/ANAIS_ABEM_2011.html)

ERTEL, Daniele Isabel e WOLFFENBUTTEL, Cristina Rolim. A educação musical nas escolas do Rio Grande do Sul: Uma Investigação em Escolas Públicas de Educação Básica. **Anais da ABEM**, Pirenópolis – GO, p. 73 a 86, 2013. Acesso em 20/05/2014, disponível em: [http://www.abemeducaomusical.com.br/congressos\\_realizados\\_ver.asp?id=3](http://www.abemeducaomusical.com.br/congressos_realizados_ver.asp?id=3)

FLACH, Josué Tales e WOLFFENBUTTEL, Cristina Rolim. A Obrigatoriedade do Ensino de Música nas Escolas: uma investigação sobre os desdobramentos da Lei nº 11.769/2008 em Secretarias Municipais de Educação do Rio Grande do Sul. **Anais da ABEM**, Pirenópolis – GO, p.317 a 326, 2013. Acesso em 20/05/2014, disponível em: [http://www.abemeducaomusical.com.br/congressos\\_realizados\\_ver.asp?id=3](http://www.abemeducaomusical.com.br/congressos_realizados_ver.asp?id=3)

FILIPAK, Renata. Os rumos da implementação da Lei nº 11.769/08 no Estado do Paraná: um estudo de levantamento de dados no município de Palmeira. **Anais da ABEM**, Pirenópolis – GO, p.1899 a 1907, 2013. Acesso em 20/05/2014, disponível em: [http://www.abemeducaomusical.com.br/congressos\\_realizados\\_ver.asp?id=3](http://www.abemeducaomusical.com.br/congressos_realizados_ver.asp?id=3)

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOHENDORFF, Jean Von. Como escrever um artigo de revisão de literatura. In: KOLLER, Sílvia H. (et al). Manual da Produção Científica. Porto Alegre: Penso, 2014, p. 39-54.

MACHADO, Carla Adriana. A Lei 11.769/08: Desafios para professores de artes da região das missões do Rio Grande Do Sul. **Anais da ABEM**, Pirenópolis – GO, p.247 a 259, 2013. Acesso em 20/05/2014, disponível em: [http://www.abemeducaomusical.com.br/congressos\\_realizados\\_ver.asp?id=3](http://www.abemeducaomusical.com.br/congressos_realizados_ver.asp?id=3)

MENDES, Jean Joubert Freitas e SILVA, Valéria Carvalho. Projetos articulados para a implementação da Lei 11.769/08 e desenvolvimento do ensino e aprendizagem de música em Natal-RN. **Anais da ABEM**, Londrina – PR, p. 1386 a 1392, 2009. Acesso em 20/05/2014, disponível em: [http://www.abemeducaomusical.com.br/congressos\\_realizados\\_ver.asp?id=26](http://www.abemeducaomusical.com.br/congressos_realizados_ver.asp?id=26)

PENNA, Maura. Caminhos para a conquista de espaços para a música na escola: uma discussão em aberto. **Revista da ABEM**, nº19, p. 57 a 64, Março de 2008. Acesso em 14/05/2014 disponível em: <http://www.abemeducaomusical.com.br/publicacoes.asp>

PENNA, Maura. **Música(s) e seu ensino**. 2º ed. Porto Alegre: Sulina, 2012

PEREIRA, Luis Felipe Radicetti. **Um movimento na história da educação musical no Brasil: uma análise da campanha pela Lei 11.769/2008**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2010. Acesso em 09/06/2014. [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=203910](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=203910)

PINHEIRO, Arildomar. A Lei 11.769/2008 no Contexto da Atual Política Nacional de Educação. **Anais da ABEM**, Vitória- ES, p.172 a 183, 2011. Acesso em 20/05/2014, disponível em [http://www.4shared.com/office/BedpbvK-/ANAIS\\_ABEM\\_2011.html](http://www.4shared.com/office/BedpbvK-/ANAIS_ABEM_2011.html)

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Música na escola: aspectos históricos da legislação nacional e perspectivas atuais a partir da Lei 11.769/2008. **Revista da ABEM**, nº 29, p. 23 a 38, 2012. Acesso em 14/05/2014 disponível em: <http://www.abemeducaomusical.com.br/publicacoes.asp>

REQUIÃO, Luciana Pires de Sá. Educação musical em escolas da Costa Verde, Sul Fluminense: problematizando possibilidades de implementação da Lei 11.769/2008. **Revista da ABEM**, nº 30, p. 91 a 102, 2013. Acesso em 14/05/2014 disponível em: <http://www.abemeducaomusical.com.br/publicacoes.asp>

SILVA, Alessandra Nunes de Castro e BORGES, Maria Helena Jayme. A educação musical no ensino regular e a implementação da lei Nº 11.769/08: um estudo de caso em três escolas de Goiânia. **Anais da ABEM**, Vitória- ES, p.184 a 191, 2011. Acesso em 20/05/2014, disponível em [http://www.4shared.com/office/BedpbvK-/ANAIS\\_ABEM\\_2011.html](http://www.4shared.com/office/BedpbvK-/ANAIS_ABEM_2011.html)

SOBREIRA, Silvia. Reflexões sobre a obrigatoriedade da música nas escolas públicas. **Revista da ABEM**, nº 20, p. 45 a 52, Setembro de 2008. Acesso em 14/05/2014 disponível em: <http://www.abemeducaomusical.com.br/publicacoes.asp>

SOUZA, Jusamara et al. Audiência Pública sobre políticas de implantação da Lei Federal nº 11.769/08 na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, V. 23, 84-94, mar. 2010. Acesso em 14/05/2014 disponível em: <http://www.abemeducaomusical.com.br/publicacoes.asp>

WOLFFENBUTTEL, Cristina Rolim, DESSOTTI, Sophia e SCHEFFER, Ranielly Boff. Curso de graduação em Música-Licenciatura: os tempos e os espaços ocupados pelos egressos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. **Anais da ABEM**, Vitória- ES, p.716 a 725, 2011. Acesso em 20/05/2014, disponível em [http://www.4shared.com/office/BedpbvK-/ANAIS\\_ABEM\\_2011.html](http://www.4shared.com/office/BedpbvK-/ANAIS_ABEM_2011.html)

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.